



Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

C.N.P.J. nº 52.904.364/0001-08
São Paulo - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 4º andar - Telefone (11) 3292-1400
Rio de Janeiro - Avenida Rio Branco, 110 - 32º andar - Telefone (21) 2101-8300
www.concordia.com.br



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis da Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Concórdia"), que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como as notas explicativas, referentes ao semestre

findo em 30 de junho de 2018, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis. A Concórdia apresentou no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2018 um prejuízo de R\$2.888 mil, contra um prejuízo de R\$124 mil no semestre findo em 30 de junho de 2017. Encerramos o semestre findo em 30 de junho de 2018, tendo sob nossa Administração um total de recursos de terceiros de

R\$ 2.554.512 mil, contra R\$1.960.093 mil no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2017. Esses recursos estão representados por fundos de investimentos e clubes de investimentos. O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 23 de julho de 2015 e alterações posteriores. A Concórdia

é sediada na capital de São Paulo e possui filial na capital do Rio de Janeiro. Toda essa estrutura conta com um quadro de funcionários composto por 131 pessoas, o que assegurou à Concórdia, uma presença operacional importante nas principais praças financeiras do País.

São Paulo, 24 de agosto de 2018

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	NE	2018	2017
Circulante		23.181	161.090
Disponibilidades		560	303
Aplicações interfin. de liquidez	4	8.898	32.958
Aplicações no mercado aberto		8.898	32.958
TVM e instrumentos financeiros derivativos	5	278	42.443
Carteira própria		278	3.890
Vinculados a compromisso de recompra		-	8.055
Vinculados à prestação de garantia		-	30.498
Outros créditos		12.371	85.062
Rendas a receber		442	339
Negociação e intermediação de valores	6	11.111	83.391
Diversos	7	818	1.332
Outros valores e bens		1.074	324
Despesas antecipadas		1.074	324
Não circulante		71.809	37.614
Realizável a longo prazo		70.999	35.702
TVM e instrumentos financeiros derivativos	5	41.546	8.328
Carteira própria		9.379	2.683
Vinculados à prestação de garantia		32.167	5.645
Outros créditos		29.453	27.374
Diversos	7	29.453	27.374
Investimentos		45	744
Outros investimentos		45	1.423
(Provisão para perdas)		-	(679)
Imobilizado de uso	9	588	914
Outras imobilizações de uso		5.930	5.922
(Depreciações acumuladas)		(5.342)	(5.008)
Intangível		177	254
Ativos Intangíveis		1.545	1.525
(Amortização acumulada)		(1.368)	(1.271)
Total do ativo		94.990	198.704

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
	NE	2018	2017
Receitas de intermediação financeira		7.748	9.196
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.780	9.188
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(32)	8
Despesas da intermediação financeira		(391)	(1.208)
Operações de captação no mercado		(391)	(1.208)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.357	7.988
Outras receitas/despesas operacionais		(7.914)	(4.043)
Receitas de prestação de serviços	15.1	16.004	17.323
Despesas de pessoal	15.2	(11.049)	(8.937)
Outras despesas administrativas	15.3	(11.446)	(13.140)
Despesas tributárias	15.4	(1.553)	(1.809)
Outras receitas operacionais	15.5	1.154	3.736
Outras despesas operacionais	15.6	(1.024)	(1.216)
Resultado operacional		(557)	3.945
Resultado não operacional	15.7	(268)	42
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(825)	3.987
Imposto de renda e contribuição social	14	1.038	(1.074)
Provisão para imposto de renda		577	(153)
Provisão para contribuição Social		461	(122)
Ativo fiscal diferido		-	(799)
Participações estatutárias no lucro		(3.101)	(3.037)
Prejuízo do semestre		(2.888)	(124)
Nº de ações:		12.245.000	1.000.000
Prejuízo por ação - R\$		-1,18	-0,12

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO		
	2018	2017
Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(2.888)	(124)
Depreciações e amortizações	193	290
Provisão para perdas em investimentos	-	(43)
Ajustes de avaliação patrimonial	4	3
Provisão de impostos no resultado	(1.038)	-
Provisão perdas em investimentos	268	-
	(3.461)	126
Varição de ativos e obrigações	6.198	20.830
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	12.211	582
(Aumento) redução de outros créditos	43.016	(11.537)
(Aumento) redução de outros valores e bens	(878)	(39)
(Aumento) redução em operações compromissadas	2.432	24.918
Aumento (redução) em outras obrigações	(51.059)	6.906
Imposto de renda e contribuição social pagos	476	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.737	20.956
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações de:		
Investimentos	318	47
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(46)	(35)
Inversões líquidas no intangível	(11)	(8)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	261	4
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	2.516	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	2.516	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.514	20.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.944	12.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	9.458	33.261

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01/01/18	46.233	-	-	2	(27.765)	18.470
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	(5)	-	(5)
Aumento de capital	2.516	-	-	-	-	2.516
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(2.888)	(2.888)
Saldos no fim do semestre em 30/06/18	48.749	-	-	(3)	(30.653)	18.093
Mutações do semestre:	2.516	-	-	(5)	(2.888)	(377)
Saldos no início do semestre em 01/01/17	36.000	5.491	4.741	(2)	-	46.230
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	3	-	3
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(124)	(124)
Saldos no fim do semestre em 30/06/17	36.000	5.491	4.741	1	(124)	46.109
Mutações do semestre:	-	-	-	3	(124)	(121)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. **Contexto operacional:** A Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Corretora"), tem por objeto social, operar, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, administração de recursos de terceiros e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Corretora é responsável pela administração de fundos de investimentos e clubes de investimentos cujos patrimônios em 30 de junho de 2018, somam R\$2.554.512 (R\$1.960.093 em 30 de junho de 2017). A Corretora firmou com a Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Spinelli") acordo de reorganização com intuito de unir suas operações, equipes e infraestruturas a fim de otimizar e fortalecer as suas frentes de atuação, passando a conduzir seus negócios por intermédio de uma única entidade operacional, que terá sua composição acionária distribuída de forma que: 50% das ações serão detidas pelos acionistas da Corretora e 50% serão detidas pelos acionistas da Spinelli. Na estrutura final a Corretora deverá incorporar a Spinelli por meio de conversão da totalidade do patrimônio da Spinelli, o que culminará na junção de suas atividades. O processo de reorganização societária foi submetido à aprovação do Banco Central do Brasil, no dia 28 de dezembro de 2017 e aguarda manifestação, que deverá, necessariamente, ocorrer em até um ano do protocolo de entrada do processo. Contudo, a Corretora guarda expectativa de que a manifestação deva ocorrer em meados do 2º semestre de 2018. **Eventos:** Em 7 de fevereiro de 2018, ocorreram os seguintes eventos: (i) os Senhores Antonio Joel Rosa e Orlar De Almeida Simões Filho, renunciaram aos cargos de diretores que exerciam na Corretora pelos quais foram eleitos em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2016; (ii) tomou posse como diretor responsável pela atividade de administração fiduciária o Senhor Luis Locaspi, eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2017; e (iii) foi eleito como diretor estatutário da Corretora o Senhor Marcos Azer Maluf, cuja posse ocorreu em 13 de março de 2018. Em 2 de abril de 2018, ocorreu o seguinte evento: (i) o Senhor Caio Weil Villares renunciou ao cargo de diretor que exercia na Corretora e pelo qual foi eleito em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2016. Em 3 de abril de 2018, ocorreu o seguinte evento: (i) foi eleito como diretor estatutário da Corretora o Senhor Rafael Giovanni e foram reeleitos os Senhores Luis Locaspi e Marcos Azer Maluf para um mandato de 2 (dois) anos. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que já consideram as alterações trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/08, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2018. **3. Principais práticas contábeis:** A Corretora adota as seguintes práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações contábeis: **a. Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações

contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Corretora, use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisões para demandas judiciais e valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorridos, calculados em base "pro rata die". **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias: **• Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados a taxa de juros contratada pelo regime de competência "pro rata die". **• Títulos para negociação** - considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício. **• Títulos disponíveis para venda** - não são classificadas como "títulos para negociação" ou como "mantidos até o vencimento", esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. **f. Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores. **g. Créditos tributários:** Os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias para fins fiscais, calculadas e contabilizadas à alíquota de 15% sobre diferenças temporárias, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018 e 15% para os demais exercícios, respeitando os limites de realização dos créditos. **h. Outros ativos e passivos:** Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base "pro rata die" e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base "pro rata die". **i. Permanente:** São avaliados pelo método de custo de aquisição, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. **• Imobilizado de uso:** É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, e as principais taxas anuais são: 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados e 10% ao ano para outros bens. **• Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto os bens "incorpóreos" destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. **j. Captações no mercado aberto:** Estão demonstradas pelo valor de venda com compromisso de recompra, acrescidas das despesas decorridas, calculados em base "pro rata die". **k. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$240 no ano. E, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. **l. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela Administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **• Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **• Passivos contingentes** - São reconhecidas

nas demonstrações contábeis quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem deduzi-los das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação de índices, são atualizadas até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **m. Avaliação do valor recuperável:** Semestralmente, com base em análise da Administração da Corretora, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Corretora exceder o seu valor recuperável é reconhecido uma perda de recuperação de ativos no resultado. **n. Resultado por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 30 de junho de 2018 e 2017 a posição de caixa e equivalentes de caixa é constituído por:

	2018	2017
Disponibilidades	560	303
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	8.898	32.958
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.458	33.261
(a) Estão representadas por operações compromissadas no valor de R\$8.898 (R\$32.958 em 2017), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - NTN com vencimento 2 de julho de 2018 (LTN em 30 de junho de 2017 com vencimento em 1º de julho de 2017). 5. Títulos e valores mobiliários: As aplicações em títulos e valores mobiliários estão classificadas em "Títulos para Negociação" e "Títulos Disponíveis para Venda", conforme descrito abaixo:		
a. Composição	2018	2017
Títulos para negociação:		
Carteira Própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.657	6.573
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	8.055
Títulos disponíveis para venda		
Vinculados à prestação de Garantia (a)		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.095	36.143
FILCB Multimercado - BVMF	18.072	-
Total	41.824	50.771
(a) Os títulos são dados como margem de garantias para as operações junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. b. Classificação e Prazo:		
	2018	2017
Quantidade	Custo	Valor de Mercado
Vencimento	Ajuste de Valor	Valor de Mercado

	2018	2017
Para negociação:		
Letras Financeiras do Tesouro	Até 3 meses	278
Letras Financeiras do Tesouro	De 3 a 12 meses	-
Letras Financeiras do Tesouro	De 1 a 6 meses	9.382
Total	1.009	9.660
Disponível para venda:		
Fundo de Investimento - FILCB	Sem vencimento	18.072
Letras Financeiras do Tesouro	De 3 a 12 meses	-
Letras Financeiras do Tesouro	De 1 a 6 meses	14.101
Total	174.770	32.173
Total geral	175.779	41.833

As posições registradas como títulos de renda fixa, referem-se às aplicações dos recursos próprios da Corretora. Quanto aos critérios de marcação a mercado, para os títulos públicos federais, a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, disponibiliza diariamente em seu site a média de todos os negócios do dia de cada título público. **6. Negociação e intermediação de valores:** Em 30 de junho de 2018 e 2017 a posição de negociação e intermediação de valores está assim apresentada:

	2018	2017
Outros créditos		
Caixas de registro e liquidação (a)	4.213	45.596
Devedores/credores - Conta	4.916	37.200
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	1.982	595
Total	11.111	83.391
Outras obrigações		
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	106	165
Total	17.295	89.123

(a) Referem-se as operações a serem liquidadas junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão realizadas pela Corretora proveniente das operações de clientes; (b) Compreende os valores a receber e a pagar para os clientes da Corretora, provenientes de suas operações junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **7. Outros créditos - Diversos:** Em 30 de junho de 2018 e 2017 a posição de outros créditos diversos está assim apresentada:

	2018	2017
Circulante		
Adiantamentos salariais	90	164
Adiantamentos para pagamentos	26	74
Adiantamento por conta de imobilizado	50	-
Impostos e contribuições a compensar	612	1.029
Outras	40	65
Total	8	

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONCÓRDIA S.A. - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

A Corretora concede aos empregados benefícios usuais de mercado, tais como assistência médica, vale-alimentação e vale-refeição. **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** A Corretora não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados. **c) Outras informações:** Conforme legislação em vigor, as Corretoras de Valores Mobiliários não podem conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos, permitindo apenas financiamento da conta margem. Não foram efetuados pela Corretora, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. **11. Outras obrigações:** Em 30 de junho de 2018 e 2017 a posição de outras obrigações diversas está assim apresentada:

	2018	2017
a) Sociais e estatutárias		
Circulante		
Participações nos lucros (i)	3.035	2.819
Total	3.035	2.819
b) Fiscais e previdenciárias		
Circulante		
Impostos e contribuições	2.760	905
Total	2.760	905
Exigível a longo prazo		
Prov. para imposto de renda diferido (vide nota 14.2)	4.886	4.541
Processo REFIN - Pis e Cofins	20.872	-
Total	25.758	4.541
c) Diversos		
Circulante		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	9	233
Despesas de pessoal	1.481	2.386
Despesas administrativas	1.493	1.944
Outros pagamentos	440	104
Total	3.423	4.667
	2018	2017

Exigível a longo prazo

Obrigações por aquisição de bens e direitos - 9

Provisão de passivos contingentes (ver nota 13) - 17.228

Total - 17.228 18.427

(i) Valor refere-se a Acordo com Sindicato dos Empregados.

12. Patrimônio líquido a) Capital social: O capital social é de R\$51.266 (R\$ 36.000 em 2017), está dividido em 2.450.000 de ações nominativas (1.000.000 ações em 2017), sendo 950.000 ordinárias e 950.000 preferenciais, estas sem direito a voto. Em 9 de abril de 2018, houve aumento do capital social no valor de R\$5.033, sendo R\$2.517 a integralizar, com a emissão de 550.000 novas ações nominativas-escriturais, sendo 275.000 ações ordinárias e 275.000 preferenciais ao preço de R\$9,15, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 4 de junho de 2018. Em 30 de outubro de 2017, houve aumento do capital social no valor de R\$10.233 com a emissão de 900.000 novas ações nominativas-escriturais sendo 450.000 ações ordinárias e 450.000 preferenciais ao preço de R\$ 11,37, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 23 de novembro de 2017. **b) Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve distribuição de lucros devido a Corretora apresentar prejuízo nos semestres. **c) Juros sobre o capital próprio:** Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve provisão de juros sobre capital próprio. **d) Reservas de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. A reserva legal é constituída no final do exercício social. **Reserva especial de lucros:** A reserva especial de lucros é constituída por lucros acumulados de exercícios anteriores não distribuídos, que será objeto de avaliação pela administração quanto à data de sua distribuição/pagamento. A reserva especial de lucros é constituída no final do exercício social. **13. Provisão para demandas judiciais:** A Corretora é parte em ações judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal das operações. No semestre encerrado em 30 de junho de 2018 e Administração da Corretora com base em informações de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas. As movimentações dessas provisões e dos depósitos judiciais no semestre estão demonstradas da seguinte forma:

	Demandas judiciais			
	Consti- Saldo em	Atualização	Monetária	Saldos em
	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
Contingências fiscais (a)	16.952	276	-	17.228
Contingências trabalhistas (b)	100	(100)	-	1.839
Total	17.052	276	(100)	17.228
				18.418
	Depósitos judiciais			
	Consti- Saldo em	Atualização	Monetária	Saldos em
	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
Recursos fiscais (a)	20.878	328	-	21.206
Recursos trabalhistas (b)	176	2	(32)	146
Total	21.054	330	(32)	21.352
				20.617

(a) As contingências fiscais estão classificadas no exigível a longo prazo no grupo "outras obrigações" e os depósitos judiciais estão classificadas no "realizável a longo prazo" no grupo "outras créditos diversos", ambos referem-se basicamente à discussão sobre o processo de desmutualização das Bolsas ocorrido no 2º semestre de 2007, sobre o qual discute-se a incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização patrimonial dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A contingência fiscal no valor de R\$8.183, está provisionada e atualizada monetariamente com um valor presente de R\$ 17.228 (R\$ 16.579 em 2017), sendo objeto de depósito judicial no valor de R\$ 10.368, que está atualizado monetariamente com um valor presente de R\$ 21.206 (R\$20.436 em 2017). A Corretora foi autuada pela Receita Federal em março de 2010 e maio de 2011, referente ao PIS e COFINS incidentes nas receitas obtidas nas desmutualizações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão realizadas em 2007 e nas vendas efetuadas em 2008. A Corretora aderiu em outubro de 2017 ao PERT para pagamento da contingência, em 145 parcelas e desistiu administrativamente das discussões relativas aos autos de infração. **(b)** Os recursos trabalhistas estão classificadas no realizável a longo prazo no Grupo "outras créditos diversos" e as contingências trabalhistas estão classificadas no exigível a longo prazo no grupo "diversos". Para os casos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda provável são constituídas provisões, no semestre encerrado em 30 de junho de 2018 não haviam processos nesta classificação (R\$100 em 2017), mantendo-se entretanto, os depósitos judiciais requeridos para andamento dos processos na esfera jurídica no valor de R\$146 (R\$ 181 em 2017). A Corretora é parte em outras reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis cujo assessor jurídico classifica com probabilidade de perda possível. Para estas reclamações não foram constituídas provisões e o valor envolvido estimado é de R\$ 348 (R\$175 em 2017) para as reclamações trabalhistas; de R\$ 919 para as reclamações fiscais; e em junho de 2018 não foi possível estimar o valor para as reclamações cíveis (R\$ 410 em 2017).

14. Imposto de Renda e Contribuição Social: 14.1 Corrente:

	2018	2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro e deduzidas as participações e juros sobre capital próprio		
Total	(3.926)	950
Adições/(exclusões):	2.770	(5.443)
Provisão/(reversão) para contingências	2.352	200
Despesas indedutíveis	463	34
Ajustes/(reversões) de títulos a valor de mercado	3	(2)
Provisões/(reversões) não dedutíveis	-	(5.675)
Atualização de passivos contingentes	276	-
Atualização de depósitos judiciais	(324)	-
Outros	-	-
Base de cálculo do IRPJ	(1.156)	(4.493)
Exclusão da adição de Gratificação a Diretores	(77)	-
Base de cálculo da CSLL	(1.233)	(4.493)
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Incentivos fiscais - (PAT e Fundos de Direitos da Criança)	-	-
Imposto devido	-	-
Constituição/(reversão) de crédito tributário sobre adições temporárias	-	(799)
IRPJ/CSLL - Diferidos	1.038	(275)
Total	1.038	(1.074)

14.2 Diferido: a) Movimentação do crédito tributário:

	Movimentações			
	Consti- Saldo em	Realiz- Saldo em	30/06/2018	30/06/2017
	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
Imposto de Renda s/prejuízos fiscais	1.463	-	1.463	1.463
Contribuição Social s/prejuízos fiscais	1.171	-	1.171	1.171
Provisão para passivos trabalhistas	45	(45)	-	90
Provisão multa e juros IRRF e Cofins	152	(25)	127	140
Provisões não dedutíveis - Outros benefícios	268	(268)	-	254
Provisões não dedutíveis atual. contingências	3.793	151	3.944	3.639
Provisões de participações no lucro	-	1.366	1.366	-
Provisões sobre ajuste de valor ao mercado	-	3	3	-
Provisões de publicações e auditoria	23	27	(23)	27
Total	6.915	1.547	(361)	8.101
				6.757

b) Previsão de realização:

	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2018	759	607	1.366
2019	35	21	56
2020	2.490	1.494	3.984
2021	468	281	749
2022	747	448	1.195
Total (a)	4.499	2.851	7.350

(a) A diferença de R\$7.350 para R\$8.101 refere-se à diferença de alíquota da CSLL que será reduzida em 2019 para a alíquota de 15%.

c) Composição - base patrimonial:

	2018	2017
Composição do crédito tributário		
Imposto de renda	4.501	3.754
Contribuição social	3.600	3.003
Total	8.101	6.757

d) Valor presente do crédito tributário:

	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
1º Semestre 2018			
	3.919	2.503	6.422
Total	3.919	2.503	6.422

Para este cálculo foi utilizada a meta da taxa Selic que corresponde a 8% (2019) e 7% (2020, 2021 e 2022).

e) Movimentação dos impostos diferidos:

	Movimentações		Saldos em	
	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017
Saldos em 31/12/2017				
IRPJ - Diferido	2.636	78	-	2.714
CSLL - Diferida	2.107	65	-	2.172
Total	4.743	143	-	4.886
				4.541

No semestre de 2018, foi constituída provisão no valor de R\$143 (R\$275 em 2017), proveniente da atualização monetária dos depósitos judiciais e ajuste na CSLL, conforme Lei nº 13.169, registrada na linha de despesas de IRPJ e CSLL - Diferidos.

15. Demonstração do resultado: 15.1 Receitas de prestação de serviços:

	2018	2017
Rendas de corretagem	13.045	13.910
Rendas de administração de fundos	2.113	1.500
Rendas de comissão de intermediação - BTC	776	1.421
Outras rendas	70	492
Total	16.004	17.323

15.2 Despesas de pessoal

	2018	2017
Honorários	(748)	(647)
Proventos	(5.976)	(4.762)
Encargos Sociais	(2.460)	(1.822)
Benefícios	(1.752)	(1.576)
Outras despesas	(113)	(130)
Total	(11.049)	(8.937)

15.3 Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesa com serviços técnicos especializados	(979)	(2.070)
Despesa com comunicações	(2.046)	(2.164)
Despesa com serviços do sistema financeiro	(3.573)	(3.937)
Despesa com processamento de dados	(3.071)	(3.245)
Despesa com aluguel	(492)	(507)
Despesa com depreciação e amortização	(193)	(290)
Outras despesas	(1.092)	(927)
Total	(11.446)	(13.140)

15.4 Despesas tributárias

	2018	2017
Tributárias	(154)	(148)
Impostos sobre Serviços	(383)	(673)
Cofins	(874)	(850)
PIS	(142)	(138)
Total	(1.553)	(1.809)

15.5 Outras receitas operacionais

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	52	-
Reversão de provisões operacionais	744	2.647
Variação monetária - depósitos em garantias (a)	324	610
Outras rendas operacionais	34	479
Total	1.154	3.736

(a) Referente à atualização monetária dos depósitos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

15.6 Outras despesas operacionais

	2018	2017
Provisões passivas - Contingências	(277)	(1.021)
Juros passivos	(725)	-
Prejuízo operações em Bolsa/RF	(6)	-
Outras despesas operacionais	(16)	(195)
Total	(1.024)	(1.216)

15.7 Resultado não operacional

	2018	2017
Reversão de perdas em incentivos fiscais	(268)	42
Total	(268)	42

16. Informações adicionais: 16.1 Auditoria independente: A política de atuação da Corretora na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em:

(a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram prestados pelos auditores independentes nem por partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa que afetem a independência do auditor.

16.2 Compromissos assumidos: Custódia de terceiros: Em 30 de junho de 2018 e 2017, os valores referenciais dos contratos de operações nos mercados à vista, termo, opções, futuro e renda fixa, com custódia da Corretora estão registrados em contas de compensação e estas operações podem ser resumidas da seguinte forma:

	2018	2017
Operações com ações - Vista	260.990	416.601
Operações com ativos financeiros - Mercado Futuro 13.761.422	57.487.516	
Operações com ações - BTC	413.107	551.370
Operações com ações - Opções	886.288	123.270
Operações com renda fixa - CETIP	194.528	257.255
Operações com ações - Termo	91.684	535.910
Operações com Tesouro Direto	-	13
Operações com ativos financeiros - Disponível	-	5
Operações com Fundos de Conta e Ordem	-	190
Total	15.608.019	59.372.130

16.3 Administração de recursos de terceiros: Em 30 de junho de 2018 e 2017, os valores totais dos patrimônios líquidos dos fundos e clubes de investimentos, sob a administração da Corretora, estão registrados em contas de compensação e podem ser resumidos da seguinte forma:

	2018	2017
Fundos de investimento	2.525.338	1.932.450
Clubes de investimento	29.174	27.643
Total	2.554.512	1.960.093

16.4 Gerenciamento de riscos: O gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado e de liquidez é feito por área independente das unidades de negócios com reporte ao Diretor da Corretora. **Gestão de risco operacional -** Foram desenvolvidas ações visando a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *desclosure*. **Gestão de risco de mercado -** O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências das normativas do Banco Central do Brasil que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Gestão do risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez é feito por sistema que permite o acompanhamento permanente das posições assumidas pelos clientes em todas as operações nos mercados em que atua, de forma a evidenciar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas pela Instituição. **Gestão do risco de crédito -** O risco de crédito incorrido pela instituição é imaterial, dado que a quase totalidade das operações realizadas estão no âmbito de câmaras de pagamento - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - nas quais a Corretora atua exclusivamente como intermediária. **Estrutura de gerenciamento de capital -** Em atendimento ao disposto na regulamentação vigente a Corretora constitui estrutura de gerenciamento de risco de capital, devidamente aprovada pelo Comitê de Riscos da Corretora. O gerenciamento de risco de capital trata-se de um processo contínuo com os seguintes objetivos: 1) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; 2) Avaliação dos requisitos de capital face aos riscos a que a Corretora está sujeita; e 3) Planejar as necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Corretora. A estrutura responsável por este gerenciamento está descrita a seguir:

• Diretor corporativo: responsável pela supervisão e aplicação da política interna de gestão de capital; Área de *compliance* e riscos: responsável pelo acompanhamento das projeções de requisitos de capital e seu gerenciamento; e preparo e envio ao Banco Central do Brasil do relatório de limites operacionais (DLO) com as informações referentes aos requisitos de capital da Corretora. A estrutura e procedimentos acima descritos visam assegurar níveis de capital adequados que permitam a continuidade e crescimento da Corretora em seus segmentos de atuação, em linha com o seu planejamento estratégico, assim como o atendimento aos requisitos de Patrimônio de Referência Exigido definido pelo Banco Central do Brasil. Em fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil tornou pública a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, revogando as Resoluções nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721 e nº 4.090 após prazo de implementação das recomendações previsto na norma. A Corretora está classificada no Segmento 4 (S4), conforme Resolução nº 4.553 do Conselho Monetário Nacional. As diretrizes de gestão de risco estão disponíveis no endereço eletrônico www.concordia.com.br. **17. Limites operacionais (acordo de Basileia):** A Corretora está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	2018	2017
Risco de Crédito	15,043	117,566
Risco de Mercado	3	11
Risco Operacional	83,875	78,546
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	98,921	196,123
Patrimônio de Referência Nível I (PR)	15,285	43,809</